



II. Situação Económico-Financeira Demonstrações Financeiras

Esta parte do Relatório respeita à situação económico-financeira da Instituição, através da publicação dos respectivos Balanço e Contas e do Relatório dos Auditores.

Situação Económico-Financeira

Situação financeira

O crescimento da economia mundial em 2007 foi de 4,8 por cento, com as economias avançadas a progredir 2,7 por cento. O aumento da taxa real do PIB nos Estados Unidos foi de 2,2 por cento, menos que no ano de 2006; as economias da Ásia, excluindo o Japão, cresceram 4,5 por cento; o PIB japonês aumentou 2,1 por cento; o crescimento da Zona Euro foi de 2,6 por cento, igual ao do ano de 2006.

A taxa de inflação para o consumidor manteve-se controlada (2,9 por cento nos Estados Unidos e 2,1 por cento na Zona Euro).

Receia-se que a crise do crédito que se iniciou em Agosto de 2007 afecte negativamente o crescimento da economia mundial em 2008 e que a inflação aumente, alimentada pelo aumento dos preços dos combustíveis e dos bens alimentares.

A volatilidade dos mercados de acções aumentou claramente face a anos anteriores, tendo atingido particularmente as acções das companhias financeiras. Os mercados de acções tiveram resultados bastante variáveis: enquanto que, em euros, o índice mundial caiu 3,1 por cento e os mercados dos EUA e do Japão desceram 6,3 por cento e 14,3 por cento, respectivamente, a Zona Euro cresceu 5,6 por cento e os mercados emergentes aumentaram 23,5 por cento.

O Banco Central dos Estados Unidos reduziu em 2007 as taxas a curto prazo, de 5,25 por cento no início do ano para 4,25 por cento em Dezembro. No mesmo período, o Banco Central Europeu aumentou as taxas de juro de 3,5 por cento para 4,0 por cento. Em 2007 as taxas de juro a longo prazo desceram nos EUA e no Reino Unido e aumentaram na Zona Euro.

O Dólar dos Estados Unidos depreciou-se de 10,5 por cento em relação ao Euro durante 2007.

Carteira de investimentos

Em 2007 o retorno total obtido pela carteira de investimentos da Fundação foi de 4,8 por cento. O retorno anualizado a dez anos foi de 4,0 por cento, continuando a ser negativamente afectado pelo colapso do mercado de acções verificado entre 2000 e o primeiro semestre de 2003; este retorno ficou aquém do objectivo de retorno total de 7,6 por cento da Fundação. Os retornos a 3 e a 5 anos, no entanto, foram de 6,6 por cento e 7,4 por cento ao ano, não estando muito longe dos objectivos anualizados, de 7,3 por cento e 7,5 por cento, respectivamente.

No princípio de cada ano, a Fundação estabelece um objectivo de retorno total para os seus gestores. Este retorno é definido de forma a permitir: i) manter o poder de compra da carteira de investimentos no médio e no longo prazo, ii) assegurar uma apreciação real da carteira tendo em linha de conta o crescimento da economia e iii) assegurar os fundos necessários para o orçamento

da Fundação. O seu cálculo é baseado em previsões económicas, incluindo a inflação e o crescimento real das principais economias.

Como nos anos anteriores, a variação nos retornos obtidos pelos diferentes gestores da Fundação foi significativa, embora todos tivessem o mesmo objectivo e as mesmas directrizes de investimento. Cada gestor tem o seu estilo próprio e a variação nos retornos depende da capacidade de cada um de antecipar ou reagir perante as mudanças nos mercados.

A distribuição da carteira por principais classes de activos em 31 de Dezembro de 2007, era a seguinte:

Acções	49 por cento
Obrigações	37 por cento
Liquidez	8 por cento
Imobiliário e outros investimentos	5 por cento
Moeda (<i>Currency hedges</i>)	1 por cento
	<u>100 por cento</u>

Esta alocação dos activos traduzia uma abordagem mais defensiva do que a verificada no final de 2006; no decurso de 2007 a alocação em acções foi diminuindo enquanto que a das obrigações foi aumentando. A liquidez e as obrigações destinam-se a reduzir a volatilidade e o risco da carteira, considerando a natureza conservadora da Fundação.

Interesses petrolíferos

Os preços *spot* do petróleo *brent* aumentaram cerca de 57 por cento durante 2007, de USD 60 no início do ano para USD 94 no final do ano. O preço médio foi de USD 73, mais alto que em 2006 (USD 65). O preço mais elevado de USD 96 foi, uma vez mais, significativamente superior ao equivalente em 2006.

O Grupo Partex obteve um aumento de 10 por cento no valor das vendas de petróleo e gás.

As participações em companhias petrolíferas foram reavaliadas ao justo valor, em 31 de Dezembro de 2007, de acordo com as normas internacionais de relato financeiro, por um banco de investimento. Estas participações foram originalmente avaliadas ao justo valor em 2001 e os respectivos valores actualizados líquidos foram recalculados no final de cada ano para assegurar a sua razoabilidade em novas circunstâncias.

O valor líquido contabilístico consolidado da Partex Oil Gas (Holdings) Corporation aumentou, em USD, 13 por cento ao longo de 2007. Como resultado da depreciação do USD, o aumento em euros foi de 0,5 por cento.

As concessões do grupo no Brasil continuam numa fase inicial de exploração enquanto no Cazaquistão o plano de desenvolvimento do campo Dunga (*full field development plan*) já foi aprovado.

A concessão na Argélia reverteu para as autoridades nacionais em 2007.

A introdução de novas normas internacionais de relato financeiro e a consequente reformulação do investimento acumulado, conduziu a alterações na apresentação do balanço. Direitos e custos associados à exploração de petróleo foram identificados como activos intangíveis, e foram separados dos activos fixos tangíveis, tais como poços e outros equipamentos de produção e armazenagem. Essa reformulação resultou, também, na identificação de poços não produtivos na Argélia e Brasil que, juntamente com os custos da reversão dos interesses na Argélia, foram levados à demonstração de resultados: o custo total desta imparidade foi de Euro 20 milhões.

O Grupo Partex Oil and Gas (Holdings) Corporation pagará à Fundação um dividendo de USD 32 400 000 relativo aos resultados líquidos de 2007 (USD 45 milhões em 2006).

Actividades e indicadores

Os dados relativos à execução do Orçamento e Plano de Actividades da Fundação no exercício de 2007 revelam, em síntese, o seguinte:

- ▶ A execução orçamental cumpriu globalmente as previsões iniciais, apesar de ter havido aumento de encargos associados ao lançamento de novas obras e à realização de acções não previstas, designadamente alguns eventos integrados nas Comemorações do Cinquentenário da Fundação.
- ▶ O reforço extraordinário, de cerca de 2 milhões de euros, decidido pelo Conselho de Administração em Dezembro de 2007, permitiu cobrir os saldos negativos perspectivados para as novas acções. No entanto, os saldos positivos conseguidos noutras actividades foram de montante superior ao défice anunciado, o que veio a determinar um superavit.
- ▶ O nível de actividade da Fundação aumentou – os gastos com subsídios, bolsas de estudo e prémios cresceram 3 por cento e as iniciativas próprias registaram um acréscimo de 2 por cento, relativamente a 2006.
- ▶ A execução dos custos com pessoal foi positiva, ficando dentro das disponibilidades orçamentais. Relativamente ao ano anterior, os encargos com o pessoal no activo aumentaram 2,8 por cento e os custos com pensionistas tiveram uma ligeira redução (-1,1 por cento), apesar do efeito da actualização da tabela salarial. Verificou-se um aumento de seis pessoas no número de activos (sendo que houve uma redução de dois elementos do pessoal dos quadros e o aumento de oito contratados a prazo) e uma estabilização do número de pensionistas. No final de 2007, havia 540 activos e 1042 pensionistas.
- ▶ Os custos de investimento baixaram cerca de 36 por cento relativamente ao ano anterior mas ficaram acima do orçamento, traduzindo um abrandamento deliberado na realização de grandes obras de remodelação das estruturas físicas, sem contudo prejudicar a prossecução de vários projectos de modernização, designadamente ao nível dos sistemas informáticos.
- ▶ Os custos com o funcionamento corrente mantiveram uma tendência de crescimento, quer em relação ao ano anterior (mais 6 por cento), quer em relação às previsões orçamentais (mais 2,7 por cento).
- ▶ Os proveitos subiram bastante, quer em relação a 2006, quer ao previsto no Orçamento. As participações externas, designadamente para projectos de investigação científica, continuam a ser a parcela mais significativa dos proveitos. As outras fontes de proveito tiveram algumas oscilações relativamente ao padrão do passado – de notar o aumento da importância das receitas

de bilheteira (concertos, museus e exposições) e uma redução do peso relativo da venda de publicações.

- › A distribuição pelas finalidades estatutárias apresentou uma estrutura semelhante à do ano anterior – com ligeiras reduções nos pesos relativos das finalidades Arte e Educação (0,4 e 0,9 pontos percentuais, respectivamente) e consequente aumento nas finalidades Ciência e Beneficência (1,1 e 0,2 pontos percentuais, respectivamente).
- › A repartição dos custos, considerando a actividade dos Serviços da Fundação em Portugal e no estrangeiro foi idêntica à do ano anterior: 84 por cento no País e 16 por cento no estrangeiro.
- › A implementação das novas formas de intervenção lançadas nos anos anteriores foi prosseguida, através dos Programas Gulbenkian “Língua Portuguesa”, “Ajuda ao Desenvolvimento”, “Criatividade e Criação Artística” e “Ambiente”, bem como dos seguintes Projectos Transversais e Inovadores: “Interuniversitário de Doutoramento em Matemática”, “Investigação em Malária”, “SAUDAR – A Saúde e o Ar Que Respiramos” e “Um Território Urbano com Cidades”.
- › O Programa das Comemorações do Cinquentenário foi cumprido e a execução orçamental ficou globalmente dentro do orçamento. Apesar de se terem realizado iniciativas que não estavam previstas e efectuados ajustamentos pontuais à programação inicial, os objectivos foram plenamente conseguidos.

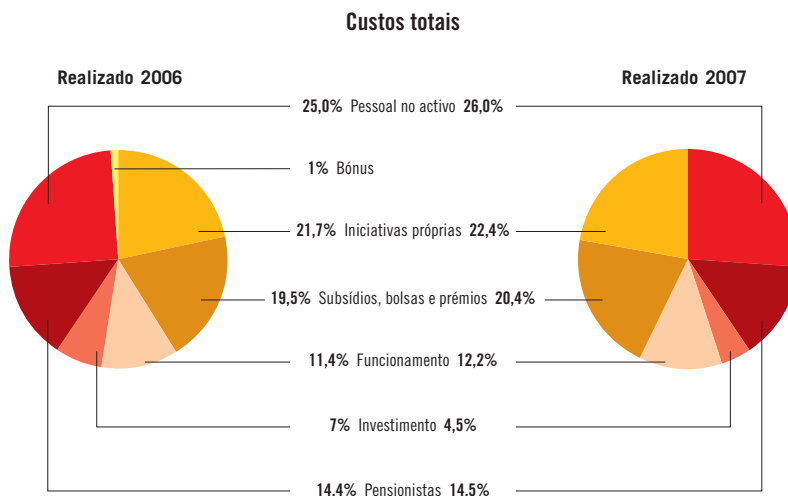
A comparação dos vários tipos de custos e dos proveitos de acordo com a perspectiva orçamental, nos dois últimos anos, está patente no quadro seguinte:

Custos e proveitos realizados

Custos e proveitos	Euros			
	Realizado	Realizado	Variação	
	2006	2007	Valor absoluto	%
	1	2	3=2-1	4=2/1
Custos com pessoal no activo	30 630 701	30 186 199	-444 502	-1,5
› Pessoal no activo	29 359 701	30 186 199	826 498	2,8
› Bónus	1 271 000	0	-1 271 000	-
Custos de estrutura	21 641 939	19 430 843	-2 211 096	-10,2
› Investimento	8 273 881	5 260 513	-3 013 386	-36,4
› Funcionamento	13 368 058	14 170 330	802 272	6,0
Subsídios, bolsas e prémios	22 894 148	23 583 133	688 985	3,0
Iniciativas próprias	25 506 466	26 028 133	521 667	2,0
Custos com pensionistas	16 979 378	16 786 962	-192 416	-1,1
Custos de reestruturação	425 361	0	-425 361	-
Custo total bruto	118 077 993	116 015 270	-2 062 723	-1,7
Proveitos (-)	8 985 726	9 842 584	856 858	9,5
Custo total líquido	109 092 267	106 172 686	-2 919 581	-2,7

Comparativamente ao ano anterior, a estrutura de custos apresentada denuncia um aumento do peso relativo dos custos com pessoal no activo (de 25 para 26 por cento) e uma estabilização do peso dos custos com pensionistas.

No que respeita às actividades, é de assinalar um aumento do peso dos subsídios, bolsas de estudo e prémios (de 19,5 para 20,4 por cento) bem como da participação das iniciativas próprias (de 21,7 para 22,4 por cento). O funcionamento corrente aumentou o seu peso na estrutura de custos (de 11,4 para 12,2 por cento) e o investimento baixou bastante a sua importância, passando de 7 para 4,5 por cento.



Para efeitos da repartição percentual da despesa bruta, não se consideraram os custos de reestruturação de 2006, por terem um carácter transitório e extraordinário.

Repartição de custos entre Portugal e o estrangeiro

A repartição dos custos, considerando a actividade dos serviços da Fundação em Portugal e no estrangeiro foi idêntica à do ano anterior: 84 por cento no País e 16 por cento no estrangeiro.

Rateio de custos comuns

Após o encerramento das contas, os custos comuns – suportados pelos Serviços Centrais, Contabilidade, Finanças e Investimentos, Comunicação e SOPC bem como os encargos com o Conselho de Administração – foram repartidos pelos outros Serviços e Programas, para permitir avaliar o custo real das actividades.

Como resultado deste rateio, os custos dos Serviços com actividades directas representam 55 por cento do total, enquanto que os custos dos Serviços com actividades distributivas representam 36 por cento. A expressão relativa do conjunto dos Projectos e Programas, após rateio, é de 7 por cento.

Pessoal

Os movimentos de pessoal verificados ao longo do ano cifraram-se no aumento total de seis pessoas, resultante de variações líquidas de menos duas pessoas ao serviço nos Quadros Geral e Artístico e de mais oito contratados, tendo os pensionistas mantido o mesmo número.

	31.12.2006	31.12.2007
Pessoal ao serviço	534	540
› Efectivos	525	523
› Contratados	9	17
Pensionistas	1 042	1 042
› Pré-reformas	80	72
› Reformas antecipadas	251	249
› Reformas por velhice/invalidez	528	522
› Pensões de sobrevivência	181	199
Total	1 576	1 582

Fonte: SRH.

Actividade da Fundação em 2007

A importância e a diversidade das actuações da Fundação – as quais contemplam duas vertentes distintas: a concessão de subsídios, bolsas de estudo e prémios e a realização de iniciativas próprias – e o seu impacto em termos de beneficiários, número de eventos e meios financeiros envolvidos, está bem patente nos quadros que seguem:

Actividades distributivas	Beneficiários	Custo directo
	N.º	Euros
Subsídios	1 870	15 765 869
Bolsas de estudo	5 959	7 289 264
Prémios	9	528 000

Iniciativas	Acontecimentos	Custo directo
	N.º	Euros
Exposições	37	3 775 290
Concertos (n.º de sessões)	184	12 178 802
Cinema e outros espectáculos (n.º de sessões)	112	948 322
Publicações	147	3 082 389
Colóquios e conferências	160	1 531 712
Actividades educativas	3 124	987 170
Cursos de formação	64	752 891
Projectos	184	3 823 585
Aquisição de obras de arte	12	205 076
Outras iniciativas	–	1 441 793

Actividades permanentes [Museus, bibliotecas e instituições]	Visitantes/Utentes	Custo directo
	N.º	Euros
Museu Calouste Gulbenkian	224 899	2 567 286
Centro de Arte Moderna	41 673	2 125 845
Instituto Gulbenkian de Ciência	–	4 970 729
Biblioteca de Arte	4 608	2 114 190
Biblioteca do Centro Cultural de Paris	1 114	711 115

Beneficiários e acontecimentos

O impacto das actividades desenvolvidas pela Fundação, medido através dos indicadores físicos, excedeu, em termos gerais, o conseguido no ano anterior.

Público beneficiário	2006	2007	Varição
	N.º	N.º	%
Beneficiários de subsídios	1 707	1 870	10
Bolseiros	6 186	5 959	-4
Visitantes dos museus	238 351	266 572	12
Visitantes das exposições temporárias	317 925*	403 739	27
Presenças nos concertos	119 413	156 421	31
Presenças nos espectáculos de cinema e outros espectáculos	11 747	29 473	151
Utilizadores das actividades educativas	25 778	77 071	199
Leitores/Utilizadores de bibliotecas e arquivos	5 448	5 722	5

* Valor ajustado por mudança de critério.

Acontecimentos	2006	2007	Varição
	N.º	N.º	N.º
Exposições temporárias	35	37	2
Concertos (n.º de sessões)	189	184	-5
Cinema e outros espectáculos (n.º de sessões)	27	112	85
Publicações » Edições	123	147	24
» Exemplares	297 080	304 830	7 750
Colóquios e conferências	205	160	-45
Actividades educativas	2 729	3 124	395
Cursos de formação	54	64	10
Prémios	1	9	8
Projectos de investigação	106	184	78
Aquisição de obras de arte	22	12	-10

Custo das actividades

A evolução dos meios financeiros afectos ao desenvolvimento das várias actividades, nos dois últimos anos, é apresentada nos quadros que seguem:

Actividades distributivas	2006	2007	Variação
	Euros	Euros	%
Subsídios	15 047 062	15 765 869	5
Bolsas de estudo	7 700 086	7 289 264	-5
Prémios	147 000	528 000	259

Iniciativas	2006	2007	Variação
	Euros	Euros	%
Exposições	3 361 672	3 775 290	12
Concertos	11 857 436	12 178 802	3
Cinema e outros espectáculos	120 335	948 322	688
Publicações	3 395 815	3 082 389	-9
Colóquios e conferências	1 353 032	1 531 712	13
Actividades educativas	1 060 917	987 170	-7
Cursos de formação	780 919	752 891	-4
Projectos	2 171 916	3 823 585	76
Aquisição de obras de arte	1 350 129	205 076	-85
Outras iniciativas	2 039 953	1 441 793	-29

Actividades permanentes	2006	2007	Variação
	Euros	Euros	%
Museu Calouste Gulbenkian	2 593 731	2 567 286	-1
Centro de Arte Moderna	2 079 880	2 125 845	2
Instituto Gulbenkian de Ciência	5 825 441	4 970 729	-15
Biblioteca de Arte	2 244 011	2 114 190	-6
Biblioteca do Centro Cultural de Paris	488 461	711 115	46

Análise às Demonstrações Financeiras Consolidadas

No exercício de 2007 o património líquido representado pelo fundo de capital atingiu os 2 799,4 milhões de euros, correspondendo a um acréscimo de 32,3 milhões de euros em relação ao ano anterior.

O Balanço apresenta, em 31 de Dezembro de 2007, um total do activo de 3 142,1 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 59 milhões de euros em relação ao final de 2006. Para este valor contribuíram fundamentalmente, os seguintes factores:

- › a carteira de investimentos financeiros – Investimentos correntes e Outras aplicações de tesouraria – no montante de 2 196,4 milhões de euros, que apresentou um aumento de cerca de 27,6 milhões de euros, relativamente a 2006;
- › os investimentos no sector da energia – incluídos em Investimentos não correntes e activos fixos tangíveis e intangíveis –, no valor de 630,9 milhões de euros, representando um acréscimo de 22,7 milhões de euros relativamente a 2006, apesar do efeito penalizador da forte apreciação do Euro face ao USD, moeda de referência destes activos, na consolidação em euros.

O passivo passou de 316 milhões de euros em 2006 para 342,7 milhões de euros em 2007, consequência do aumento do valor dos credores, que reflecte, principalmente, o acréscimo em cerca de 21,2 milhões de euros do valor dos credores ligados aos interesses petrolíferos.

Relativamente à Demonstração das operações, o retorno total situou-se nos 204,1 milhões de euros. Deste montante, o retorno financeiro representou cerca de 140 milhões de euros e o retorno das actividades petrolíferas 64,2 milhões de euros. O valor dos outros proveitos situou-se nos 11,3 milhões de euros.

Os recursos afectos à distribuição e actividades directas foram de 78,2 milhões de euros. Os custos administrativos e operacionais situaram-se nos 33,9 milhões de euros, um aumento de cerca de 6,7 milhões de euros relativamente ao ano anterior, que ficou a dever-se, fundamentalmente, à Partex Oil and Gas (Holdings) Corporation.

5 de Maio de 2008

Demonstrações Financeiras

Demonstração consolidada das operações
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

(10³ Euros)

	Notas	2007	2006
Vendas de petróleo e gás		771 933	765 200
Custo das vendas		(729 996)	(718 179)
Outros rendimentos do petróleo e gás	3	22 245	25 284
Retorno das actividades petrolíferas		64 182	72 305
Proveitos financeiros		318 556	275 001
Custos financeiros		(178 607)	(154 327)
Retorno financeiro	4	139 949	120 674
Outros proveitos	5	11 301	11 875
Distribuição e actividades directas	6	(78 212)	(77 348)
Outros custos administrativos e operacionais	7	(33 903)	(27 158)
Custos de reestruturação	8	–	(425)
Provisões	10	(12 950)	(13 391)
Imparidade	11	(14 570)	14 197
Amortizações	12	(9 479)	(2 494)
Impostos e taxas		(16)	(5)
Transferência para o Fundo de Capital		66 302	98 230

 Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras.

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

(10³ Euros)

	Notas	2007	2006
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos intangíveis	13	83 486	–
Activos fixos tangíveis	14	53 653	143 159
Investimentos não correntes	15	502 692	466 161
Adiantamentos	15	73 244	69 926
		713 075	679 246
Activo corrente			
Investimentos correntes	17	2 074 741	2 089 601
Outras aplicações de tesouraria	18	121 615	79 201
Devedores	19	128 504	97 785
Caixa e equivalentes de caixa	20	104 162	137 290
		2 429 022	2 403 877
Total do activo		3 142 097	3 083 123
FUNDO DE CAPITAL			
Capital recebido do Fundador	21	11 747	11 747
Reservas	22	2 721 382	2 657 197
Transferência para o Fundo de Capital		66 302	98 230
Total do fundo de capital		2 799 431	2 767 174
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	23	222 458	225 027
Passivo corrente			
Passivos financeiros correntes	17	4 634	5 596
Subsídios e bolsas	24	6 989	7 253
Credores e outros passivos	25	108 585	78 073
		120 208	90 922
Total do passivo		342 666	315 949
Total do fundo de capital e passivo		3 142 097	3 083 123

❖ Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras.

Demonstração de fluxos de caixa consolidados
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

(10³ Euros)

	2007	2006
Actividades operacionais		
Recebimentos de actividades petrolíferas e de gás	64 182	72 305
Realizações/investimentos em activos financeiros correntes	120 751	12 400
Distribuição e actividades directas	(76 671)	(74 706)
Pagamentos de pensões	(16 523)	(16 752)
Outros pagamentos relativos à actividade operacional	(12 534)	(20 055)
Fluxo gerado pelas actividades operacionais	79 205	(26 808)
Actividades de investimento		
Investimentos financeiros não correntes	(33 571)	(15 292)
Dividendos	22 489	19 716
Aquisições de imobilizado	(28 681)	(61 350)
Outros pagamentos	(30 156)	(12 731)
Fluxo gerado pelas actividades de investimento	(69 919)	(69 657)
Varição líquida em caixa e equivalentes	9 286	(96 465)
Caixa e equivalentes no início do período	216 491	312 956
	225 777	216 491

✚ Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras.

Mapa dos movimentos consolidados do Fundo de Capital
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

(10³ Euros)

	Total do Fundo de Capital	Capital recebido do Fundador	Diferenças cambiais	Reserva de justo valor	Outras reservas
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	2 755 833	11 747	18 360	431 219	2 294 507
Reserva de justo valor	(50 760)	-	-	(50 760)	-
Diferença cambial	(36 129)	-	(36 129)	-	-
Transferência para o Fundo de Capital	98 230	-	-	-	98 230
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	2 767 174	11 747	(17 769)	380 459	2 392 737
Reserva de justo valor	6 550	-	-	6 550	-
Diferença cambial	(40 595)	-	(40 595)	-	-
Transferência para o Fundo de Capital	66 302	-	-	-	66 302
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	2 799 431	11 747	(58 364)	387 009	2 459 039

✚ Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras.

Demonstração individual das operações
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

(10³ Euros)

	Notas	2007	2006
Proveitos financeiros		306 258	297 338
Custos financeiros		(177 802)	(154 112)
Retorno financeiro	4	128 456	143 226
Outros proveitos	5	11 301	11 682
Distribuição e actividades directas	6	(78 212)	(77 348)
Outros custos administrativos e operacionais	7	(18 328)	(17 619)
Custos de reestruturação	8	–	(425)
Provisões	10	(12 764)	(12 311)
Imparidade	11	–	(159)
Amortizações	12	(2 019)	(2 182)
Impostos e taxas		(16)	(5)
Transferência para o Fundo de Capital		28 418	44 859

✚ Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras.

Balanço individual em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

(10³ Euros)

	Notas	2007	2006
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	14	16 902	15 756
Investimentos não correntes	15	64 620	54 680
Investimentos em empresas subsidiárias	16	717 009	713 681
		798 531	784 117
Activo corrente			
Investimentos correntes	17	2 074 741	2 089 601
Outras aplicações de tesouraria	18	121 615	79 201
Devedores	19	48 278	61 790
Caixa e equivalentes de caixa	20	792	1 502
		2 245 426	2 232 094
Total do activo		3 043 957	3 016 211
FUNDO DE CAPITAL			
Capital recebido do Fundador	21	11 747	11 747
Reservas	22	2 759 266	2 710 568
Transferência para o Fundo de Capital		28 418	44 859
Total do Fundo de Capital		2 799 431	2 767 174
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	23	218 251	220 691
Passivo corrente			
Passivos financeiros correntes	17	4 634	5 596
Subsídios e bolsas	24	6 989	7 253
Credores e outros passivos	25	14 652	15 497
		26 275	28 346
Total do passivo		244 526	249 037
Total do Fundo de Capital e Passivo		3 043 957	3 016 211

✚ Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras.

Demonstração de fluxos de caixa
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

(10³ Euros)

	2007	2006
Actividades operacionais		
Realizações/investimentos em activos financeiros correntes	106 331	4 851
Distribuição e actividades directas	(76 671)	(74 706)
Pagamentos de pensões	(16 284)	(16 488)
Outros pagamentos relativos à actividade operacional	(16 041)	(16 295)
Fluxo gerado pelas actividades operacionais	(2 665)	(102 638)
Actividades de investimento		
Investimentos financeiros não correntes	(9 429)	(14 394)
Dividendos	44 498	55 403
Aquisições de imobilizado	(4 999)	(8 409)
Outros recebimentos	14 299	2 484
Fluxo gerado pelas actividades de investimento	44 369	35 084
Varição líquida em caixa e equivalentes	41 704	(67 554)
Caixa e equivalentes no início do período	80 703	148 257
	122 407	80 703

➤ Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras.

Mapa dos movimentos do Fundo de Capital
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

(10³ Euros)

	Total do Fundo de Capital	Capital recebido do Fundador	Reserva de justo valor	Outras reservas
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	2 755 833	11 747	748 976	1 995 110
Reserva de justo valor	(33 518)	-	(33 518)	-
Transferência para o Fundo de Capital	44 859	-	-	44 859
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	2 767 174	11 747	715 458	2 039 969
Reserva de justo valor	3 839	-	3 839	-
Transferência para o Fundo de Capital	28 418	-	-	28 418
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	2 799 431	11 747	719 297	2 068 387

❖ Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras.

Notas às Demonstrações Financeiras

Consolidadas e Individuais

31 de Dezembro de 2007 e 2006

Nota 1

Actividades

A Fundação Calouste Gulbenkian (Fundação) é uma instituição constituída sem fins lucrativos com sede em Lisboa, Portugal. A Fundação foi criada pelo testamento do seu fundador Senhor Calouste Sarkis Gulbenkian, sendo-lhe atribuído o estatuto de utilidade pública pelo Decreto-Lei n.º 40690, de 18 de Julho de 1956. A acção da Fundação exerce-se através da concessão de subsídios e realização de outras formas de actividade com os seguintes fins estatutários: Arte, Beneficência, Ciência e Educação.

As actividades das companhias subsidiárias (Grupo) estão relacionadas com as suas participações nos interesses petrolíferos e do gás no Médio Oriente, Norte de África, Brasil, Cazaquistão, Angola e Portugal.

Nota 2

Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Fundação em 15 de Maio de 2008. Estas reflectem os resultados consolidados das operações da Fundação e das suas subsidiárias, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”) e pelos respectivos órgãos antecessores.

Na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2007, a Fundação adoptou a IFRS 7 Instrumentos Financeiros:

Divulgações, e a IFRS 6 – Exploração e Avaliação de Recursos Minerais. Estas normas, de aplicação obrigatória com referência a 1 de Janeiro de 2007, tiveram impacto ao nível das divulgações apresentadas, não tendo tido qualquer impacto no Fundo de Capital. De acordo com as disposições transitórias destas normas, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros, arredondadas ao milhar mais próximo e foram preparadas de acordo com as IFRS aprovadas pela União Europeia e em vigor nessa data. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico e modificadas pela aplicação do justo valor para os investimentos, conforme mencionado na alínea h).

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que a Fundação formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentadas na alínea s).

b) Bases de consolidação

Datas de referência

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem os activos, passivos e resultados

da Fundação e das suas empresas subsidiárias, tal como definido na nota 16, relativamente aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas da Fundação.

Participações financeiras em subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Fundação exerce controlo. Normalmente o controlo é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Fundação detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50 por cento. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, tal excesso é atribuível ao Grupo na medida em que for incorrido. Subsequentes lucros obtidos por tal subsidiária são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

Participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro

As demonstrações financeiras das subsidiárias da Fundação são preparadas na sua moeda funcional. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em Euros, que é a moeda funcional da Fundação.

As demonstrações financeiras das empresas do Grupo cuja moeda funcional difere do Euro são transcritas para Euros de acordo com os seguintes critérios:

- › Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- › Os proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transacções;
- › As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em Euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em Euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Contabilização em base individual das participações financeiras em subsidiárias

Em base individual, os investimentos em entidades subsidiárias que não estejam classificados como detidos para venda, ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como detido para venda, são reconhecidos ao justo valor, com as variações registadas por contrapartida de reservas de justo valor, sendo sujeitos a testes de imparidade periódicos.

Saldos e transacções eliminados na consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

c) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio da data

da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, que estão contabilizados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data de balanço.

As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção. Activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

Quando um ganho ou uma perda num item não monetário é reconhecido directamente no fundo de capital, qualquer componente de câmbio desse ganho ou perda deve ser reconhecido directamente no fundo de capital. Pelo contrário, quando um ganho ou uma perda com um item não monetário é reconhecido nos resultados, qualquer componente de câmbio desse ganho ou perda deve ser reconhecido nos resultados.

d) Activos intangíveis

Os activos intangíveis da Fundação encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

Custos de aquisição de direitos e de exploração petrolífera são amortizados em quotas constantes durante o período remanescente da concessão. Os custos incorridos com a aquisição de “software” e com a manutenção de programas informáticos são amortizados totalmente no ano de aquisição.

e) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição líquido de subsídios recebidos e das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Fundação, pelo que,

as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

São efectuados testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

Para os imóveis e equipamento de transporte as amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes. Para os restantes bens de imobilizado o custo incorrido é reconhecido no ano de aquisição. As amortizações são calculadas de acordo com os seguintes períodos que reflectem a vida útil esperada:

	Número de anos
› Edifícios	50
› Equipamento de transporte	4 a 5
› Outro equipamento	1

As obras efectuadas nos edifícios são amortizadas pelos períodos remanescentes de vida útil dos mesmos.

f) Coleções de arte

A colecção de arte da Fundação foi doada pelo Senhor Calouste Sarkis Gulbenkian e está incluída nas Demonstrações Financeiras por um valor simbólico.

As obras de arte são registadas pelo valor de aquisição e sujeitas a testes de imparidade numa base periódica, conforme a IAS 36.

g) Locações

A Fundação classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações. São classificadas como

locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locação financeira – como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

h) Outros activos financeiros não correntes e correntes

A Fundação classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui i) os activos financeiros detidos para negociação, adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo e ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que a Fundação tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que i) a Fundação tem intenção de manter por tempo indeterminado, ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial, ou iii) não se enquadram nas categorias acima referidas.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: i) activos financeiros ao justo valor através de resultados, ii) investimentos detidos até à maturidade e iii) activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Fundação se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionados dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando i) expiram os direitos contratuais da Fundação ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ii) a Fundação tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou iii) a Fundação não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor, sendo

no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas de justo valor, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de justo valor é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são igualmente reconhecidas em reservas. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva e os dividendos reconhecidos nas demonstrações das operações.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (“bid-price”). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os activos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

De acordo com as exigências da IAS 39, a Fundação não procede à transferência de instrumentos financeiros de e para a categoria de activos financeiros ao justo valor através de resultados.

Imparidade

A Fundação avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista a evidência objectiva de imparidade

resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como:

- ▶ para títulos cotados, uma desvalorização continuada ou uma redução significativa de valor na sua cotação;
- ▶ para títulos não cotados, quando esse evento tenha um impacto no valor estimado dos fluxos futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas de justo valor, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

i) Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“trade date”) pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, em resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou, na sua ausência, é determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização, incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“discounted cash flows”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

j) Devedores

O valor de balanço de devedores é analisado anualmente por forma a determinar se existe algum indício de imparidade. Se tal indício existir, é estimado o valor recuperável do activo. Uma perda por imparidade é reconhecida por contrapartida de resultados sempre que o valor de balanço do activo excede o seu valor recuperável.

Uma perda por imparidade reconhecida de um activo em anos anteriores deve ser revertida se, e somente se, houver uma alteração nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável do activo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida.

k) Subsídios recebidos

Os subsídios recebidos no âmbito do Programa Operacional da Cultura destinados a financiar a remodelação de infra-estruturas e equipamentos, são creditados em resultados, em conformidade com as taxas de amortização do equipamento correspondente.

l) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário e saldos de depósitos em bancos com maturidade inferior a três meses.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e depósitos à ordem.

m) Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

Juros, dividendos, “royalties” e outros proveitos resultantes dos recursos da Fundação são reconhecidos como proveitos, quando é provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Fundação e o proveito possa ser mensurado com confiança. Os juros são reconhecidos com base na periodificação, excepto se existirem dúvidas quanto ao seu recebimento. Os “royalties” e outros proveitos são reconhecidos com base na periodificação dos proveitos, com referência à substância do acordo relevante.

n) Reconhecimento de proveitos nas actividades petrolíferas

Os proveitos resultantes da venda de petróleo e gás são apenas reconhecidos quando os riscos e os benefícios do direito de propriedade se encontram transferidos para o comprador e quando não existe incerteza na determinação dos custos associados.

o) Custos capitalizados nas actividades petrolíferas

(i) Custos de exploração

Os custos incorridos anteriores à fase de exploração são reconhecidos em resultados quando incorridos. Os custos com a aquisição de propriedades ou concessões, poços de exploração petrolífera, custos de desenvolvimento, incluindo juros de financiamento, equipamento e instalações de suporte à actividade petrolífera são capitalizados em activos fixos tangíveis ou intangíveis, de acordo com a sua natureza. Os custos com os poços de exploração sem resultados confirmados são reconhecidos em perdas. A Fundação procede a testes de imparidade sempre que eventos ou acontecimentos indicam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença,

caso exista, reconhecida em resultados. Os testes de imparidade sobre os poços de exploração petrolífera são realizados numa base individual.

(ii) Activos para produção de petróleo e gás

Os custos incorridos com a perfuração de poços de desenvolvimento na construção de instalações produtoras são capitalizados, em conjunto com custos de financiamento incorridos durante a fase de construção, assim como o valor actual das responsabilidades futuras para a remoção dos activos.

A amortização dos activos é determinada pelo rácio de produção do exercício face ao montante de reservas prováveis (“unit-of-production method”).

p) Impostos

Por despacho do Ministro das Finanças, de 18 de Julho de 1989, foi reconhecida à Fundação Calouste Gulbenkian a isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

q) Planos de pensões

Na Fundação existem diversos planos de pensões, incluindo nomeadamente planos de benefício definido e de contribuição definida.

A Fundação, sob a forma de plano de benefícios definidos, assumiu as responsabilidades de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de pré-reforma, nos termos estabelecidos no “Plano de Pensões do Pessoal” (1979) e no “Plano de Pensões da Fundação” (1997). As responsabilidades do “Plano Complementar de Pensões de Contribuição Definida” (2005) são financiadas através de contribuições para o Fundo de Pensões Aberto BPI Acções. Os empregados da Delegação da Fundação no Reino Unido têm um Plano de Pensões próprio.

As pensões, relativas aos planos de 1979 e 1997, destinam-se a complementar as pensões atribuídas pela Segurança Social e são determinadas em

função do tempo de serviço de cada empregado. Para cobrir esta responsabilidade é constituída uma provisão que representa uma estimativa do capital necessário para pagar os benefícios aos actuais pensionistas e os benefícios futuros a pagar aos empregados actuais.

A Fundação financia as suas responsabilidades através da constituição de uma provisão que representa uma estimativa do capital necessário para pagar os benefícios aos actuais pensionistas e os benefícios futuros a pagar aos empregados actuais.

As responsabilidades da Fundação com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho das contas, por actuários externos.

O cálculo actuarial é efectuado com base no método de crédito da unidade projectada e utilizando pressupostos actuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pela IAS 19.

Os custos de serviço corrente e os custos de serviços passados em conjunto com a provisão apurada são registados na demonstração das operações.

A responsabilidade da Fundação relativa aos planos de pensões de benefício definido é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual. A taxa de desconto aplicada corresponde à taxa de obrigações sem risco com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais apurados anualmente são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais acumulados no início do ano que excedam 10 por cento do maior de entre os valores das responsabilidades e do plano, também

reportados ao início do ano, sejam reconhecidos na conta de custos ou proveitos no exercício em que ocorrem. Os ganhos e perdas actuariais acumulados no início do ano que se situem dentro do referido limite, são reconhecidos no corredor do plano de pensões e não são amortizados.

Anualmente, a Fundação reconhece como custo, na demonstração dos resultados, um valor total líquido que inclui i) o custo do serviço corrente e ii) o custo dos juros.

r) Provisões

São reconhecidas provisões quando i) a Fundação tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

s) Principais estimativas e julgamentos utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Fundação são analisados como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela Fundação e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Fundação e empresas subsidiárias é apresentada na nota 2 às Demonstrações Financeiras.

Considerando que em muitas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Fundação poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que

as Demonstrações Financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Fundação e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida, são apresentados apenas para permitir um melhor entendimento das Demonstrações Financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas sejam mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Fundação determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

A Fundação determina o justo valor através de avaliações efectuadas por especialistas independentes ou por recursos internos. As avaliações reflectem o valor actual líquido dos fluxos de caixa futuros estimados tendo por base metodologias de avaliação e informação de mercado.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Imparidade dos activos de longo prazo

Os Activos fixos tangíveis são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos activos fixos tangíveis e intangíveis pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e consequentemente nos resultados.

Planos de pensões

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Nota 3

Outros rendimentos do petróleo e gás

A rubrica “Outros rendimentos do petróleo e gás” é assim detalhada:

(10³ Euros)

	Consolidado	
	2007	2006
Dividendos	18 410	21 251
Prestação de serviços	3 835	4 033
	22 245	25 284

Nota 4

Retorno financeiro

A política da Fundação visa obter uma taxa de retorno sobre a sua carteira de investimentos, líquida de despesas directas. Esta taxa é acordada anualmente com os gestores responsáveis pelo investimento dos fundos no âmbito de orientações previamente estabelecidas pela Fundação. A desagregação do retorno total atingido em 2007 e 2006 é a seguinte:

(10³ Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2007	2006	2007	2006
<i>Proveitos financeiros:</i>				
Ganhos em investimentos correntes				
Juros de obrigações e títulos de participação	29 994	29 477	29 641	29 236
Dividendos de acções	21 624	19 716	21 624	19 716
Ganhos com realização de investimentos	134 745	107 629	134 745	107 629
Reavaliação dos investimentos correntes	95 515	102 026	95 515	102 026
Ganhos em investimentos não correntes				
Dividendos de acções	865	756	22 874	36 443
Ganhos com realização de investimentos	8 816	90	-	-
Diferenças cambiais	20 591	7 645	704	1 844
Outros proveitos financeiros	6 406	7 662	1 155	444
	318 556	275 001	306 258	297 338
<i>Custos financeiros:</i>				
Perdas em investimentos correntes				
Perdas com realização de investimentos	-	(2 600)	-	(2 600)
Reavaliação dos investimentos correntes	(168 623)	(140 231)	(168 623)	(140 231)
Custos directos	(8 172)	(7 639)	(7 367)	(7 424)
Diferenças cambiais	(1 812)	(3 857)	(1 812)	(3 857)
	(178 607)	(154 327)	(177 802)	(154 112)
	139 949	120 674	128 456	143 226

Nota 5

Outros proveitos

A rubrica “Outros proveitos” é assim detalhada:

(10³ Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2007	2006	2007	2006
Venda de edições	1 285	1 287	1 285	1 287
Venda de bilhetes	1 935	1 727	1 935	1 727
Comparticipação de outras entidades	5 066	4 643	5 066	4 643
Outros	3 015	4 218	3 015	4 025
	11 301	11 875	11 301	11 682

A rubrica “Comparticipação de outras entidades” refere-se a participações para a realização de projectos de investigação científica e na área das actividades artísticas.

Nota 6

Distribuição e actividades directas

A repartição dos custos pelos fins estatutários da Fundação, é apresentada como segue:

(10³ Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2007	2006	2007	2006
Beneficência	8 557	8 228	8 557	8 228
Arte	34 370	35 552	34 370	35 552
Educação	22 362	21 828	22 362	21 828
Ciência	12 923	11 740	12 923	11 740
	78 212	77 348	78 212	77 348

A rubrica “Distribuição e actividades directas” inclui o montante de € 1 805 000 (2006: € 2 280 000) e € 20 806 000 (2006: € 21 874 000) relativo a custos com amortizações e custos com o pessoal, respectivamente.

Nota 7

Outros custos administrativos e operacionais

A rubrica “Outros custos administrativos e operacionais” é assim detalhada:

(10³ Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2007	2006	2007	2006
Custos com o pessoal	18 640	16 798	9 597	8 866
Trabalhos especializados	4 663	4 374	3 849	3 941
Conservação e reparação	696	1 048	696	1 048
Outros fornecimentos e serviços	5 398	3 823	3 841	3 040
Outros custos operacionais	4 506	1 115	345	724
	33 903	27 158	18 328	17 619

Nota 8

Custos de reestruturação

A 31 de Dezembro de 2006, a rubrica “Custos de reestruturação” no montante de € 425 000 refere-se aos custos suportados pela Fundação com o pagamento de compensações financeiras decorrentes de medidas de reestruturação orgânica e funcional, decididas pelo Conselho de Administração.

Nota 9

Custos com o pessoal

A rubrica “Custos com o pessoal” é assim detalhada:

(10³ Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2007	2006	2007	2006
Conselho de Administração	1 443	1 248	1 107	957
Ordenados e salários	29 359	29 285	22 428	22 995
Encargos sobre remunerações	6 032	5 634	4 930	4 738
Outros custos com o pessoal	2 612	2 505	1 938	2 050
	39 446	38 672	30 403	30 740

O número de efectivos é analisado como segue:

	Consolidado		Fundação	
	2007	2006	2007	2006
Conselho de Administração	9	9	9	9
Pessoal	604	596	531	525
	613	605	540	534

Os custos com o pessoal incluem o montante de € 20 806 000 (2006: € 21 874 000) que se encontram afectos à rubrica “Distribuição e actividades directas”, conforme mencionado na nota 6.

Nota 10

Provisões

As provisões do exercício no Consolidado, líquidas de reforços e anulações, são assim detalhadas:

(10³ Euros)

	2007		
	Dotações	Reposições	Total
Provisão para pensões	13 990	-	13 990
Outras provisões	289	(1 329)	(1 040)
	14 279	(1 329)	12 950

(10³ Euros)

	2006		
	Dotações	Reposições	Total
Provisão para pensões	12 922	-	12 922
Outras provisões	601	(132)	469
	13 523	(132)	13 391

As provisões do exercício para a Fundação, líquidas de reforços e anulações, são assim detalhadas:

(10³ Euros)

	2007		
	Dotações	Reposições	Total
Provisão para pensões	13 811	-	13 811
Outras provisões	-	(1 047)	(1 047)
	13 811	(1 047)	12 764

(10³ Euros)

	2006		
	Dotações	Reposições	Total
Provisão para pensões	12 432	-	12 432
Outras provisões	11	(132)	(121)
	12 443	(132)	12 311

Nota 11

Imparidade

A “Imparidade” do exercício é assim detalhada:

(10³ Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2007	2006	2007	2006
Imparidade sobre activos intangíveis	(14 173)	-	-	-
Imparidade sobre activos fixos tangíveis	-	14 356	-	-
Imparidade sobre investimentos não correntes	(397)	-	-	-
Imparidade sobre devedores	-	(159)	-	(159)
	(14 570)	14 197	-	(159)

Nota 12

Amortizações

A rubrica “Amortizações” é assim detalhada:

(10³ Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2007	2006	2007	2006
Activos intangíveis				
Direitos de exploração	1 343	-	-	-
Exploração petrolífera	1 908	-	-	-
Software	337	-	337	-
	3 588	-	337	-
Activos fixos tangíveis				
Imóveis	937	796	937	796
Equipamento	2 539	3 755	2 439	3 666
Produção petrolífera	3 909	-	-	-
Outros activos	311	223	111	-
	7 696	4 774	3 487	4 462
Amortizações afectas à rubrica “Distribuição e actividades directas”	(1 805)	(2 280)	(1 805)	(2 280)
	9 479	2 494	2 019	2 182

As amortizações dos exercícios incluem o montante de € 1 805 000 (2006: € 2 280 000) que se encontram afectas à rubrica “Distribuição e actividades directas”, conforme mencionado na nota 6.

Nota 13

Activos intangíveis

A rubrica “Activos intangíveis” é assim detalhada:

	(10 ³ Euros)			
	Consolidado		Fundação	
	2007	2006	2007	2006
<i>Custo:</i>				
Direitos de exploração	52 104	-	-	-
Exploração petrolífera	37 009	-	-	-
Software	955	618	955	618
Outros activos intangíveis	338	338	338	338
	90 406	956	1 293	956
<i>Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:</i>				
Amortizações acumuladas	(4 167)	(956)	(1 293)	(956)
Perdas por imparidade	(2 753)	-	-	-
	(6 920)	(956)	(1 293)	(956)
	83 486	-	-	-

A rubrica “Direitos de exploração” refere-se a custos com licenças de exploração e produção petrolífera existentes no Brasil, Angola e Cazaquistão, que são amortizados durante o período remanescente da licença.

A rubrica “Exploração petrolífera” refere-se a investimentos efectuados em concessões petrolíferas no Brasil, Argélia, Angola e Portugal.

As Perdas por imparidade no montante de € 14 173 000, conforme mencionado na nota 11, foram determinadas em 2007, tendo por base o sucesso dos poços exploratórios e as condições do mercado nas concessões petrolíferas do Brasil e Argélia. Durante o exercício de 2007, o Grupo procedeu ao abate de € 11 420 000 de investimentos petrolíferos no Brasil e Argélia que se encontravam com perda por imparidade. A 31 de Dezembro de 2007, as perdas por imparidade reconhecidas na rubrica de “Activos intangíveis” ascendem a € 2 753 000 decorrentes da entrega dos activos às autoridades argelinas.

Os movimentos da rubrica “Activos intangíveis” durante os anos de 2007 e 2006, no Consolidado, são assim detalhados:

	(10 ³ Euros)				
	Direitos de exploração	Exploração petrolífera	Software	Outros activos	Total
<i>Custo de aquisição:</i>					
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	-	-	618	338	956
Adições	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	-	-	618	338	956
Adições	3 686	13 919	337	-	17 942
Abates	(7)	(11 413)	-	-	(11 420)
Transferências	52 803	35 543	-	-	88 346
Variação cambial	(4 378)	(1 040)	-	-	(5 418)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	52 104	37 009	955	338	90 406
<i>Amortizações</i>					
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	-	-	618	338	956
Amortizações do exercício	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	-	-	618	338	956
Amortizações do exercício	1 343	1 908	337	-	3 588
Abates	-	(11 420)	-	-	(11 420)
Variação cambial	(84)	(293)	-	-	(377)
Imparidade	-	14 173	-	-	14 173
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	1 259	4 368	955	338	6 920
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2006	-	-	-	-	-
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2007	50 845	32 641	-	-	83 486

Durante o ano de 2007 foi transferido de activos fixos tangíveis, o montante de € 88 346 000 decorrente da aplicação da IFRS 6 (Exploração e avaliação de recursos minerais).

Nota 14

Activos fixos tangíveis

A rubrica “Activos fixos tangíveis” é assim detalhada:

	(10 ³ Euros)			
	Consolidado		Fundação	
	2007	2006	2007	2006
<i>Custo:</i>				
Imóveis	30 134	28 245	30 134	28 245
Equipamento	39 008	36 930	38 546	36 553
Obras de arte	3 069	2 864	3 069	2 864
Produção petrolífera	39 370	126 767	–	–
Outros activos	3 693	3 029	860	749
	115 274	197 835	72 609	68 411
<i>Amortizações acumuladas:</i>	(61 621)	(54 676)	(55 707)	(52 655)
	53 653	143 159	16 902	15 756

A rubrica “Produção petrolífera” inclui investimentos efectuados no projecto “Dunga Oil Field” em parceria com a Maersk e a Oman Oil Company Ltd. no montante de € 39 370 000 (2006: € 56 092 000).

A 31 de Dezembro de 2001 foi constituída uma perda de imparidade no montante de USD 43 131 230 para reflectir o justo valor deste activo. Com a entrada da Maersk no projecto, a abordagem tecnológica da exploração do petróleo foi reavaliada, pelo que em 2003 a Administração considerou apropriada a redução da imparidade em USD 25 000 000. Em 2006, como consequência do teste de imparidade aos custos capitalizados no projecto “Dunga Oil Field”, foi anulada a restante imparidade, no montante de USD 18 131 230 (€ 14 356 000).

Os movimentos da rubrica “Activos fixos tangíveis” durante os anos de 2007 e 2006, no Consolidado, são assim detalhados:

	Imóveis	Equipamento	Obras de arte	Produção petrolífera	Outros activos	Total
<i>Custo de aquisição:</i>						
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	24 874	34 091	1 514	85 193	2 917	148 589
Adições	3 380	3 677	1 350	52 613	192	61 212
Abates	(9)	(831)	–	–	(18)	(858)
Variação cambial	–	(7)	–	(11 039)	(62)	(11 108)
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	28 245	36 930	2 864	126 767	3 029	197 835
Adições	1 889	2 548	205	5 843	242	10 727
Abates	–	(502)	–	–	–	(502)
Transferências	–	44	–	(88 858)	468	(88 346)
Variação cambial	–	(12)	–	(4 382)	(46)	(4 440)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	30 134	39 008	3 069	39 370	3 693	115 274
<i>Amortizações</i>						
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	13 706	33 159	1 514	15 369	2 424	66 172
Amortizações do exercício	796	3 755	–	–	223	4 774
Abates	(3)	(821)	–	–	(12)	(836)
Variação cambial	–	(5)	–	(1 013)	(60)	(1 078)
Redução de imparidade	–	–	–	(14 356)	–	(14 356)
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	14 499	36 088	1 514	–	2 575	54 676
Amortizações do exercício	937	2 539	–	3 909	311	7 696
Abates	–	(473)	–	–	–	(473)
Transferências	–	35	–	(455)	420	–
Variação cambial	–	(11)	–	(216)	(51)	(278)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	15 436	38 178	1 514	3 238	3 255	61 621
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2006	13 746	842	1 350	126 767	454	143 159
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2007	14 698	830	1 555	36 132	438	53 653

Durante o ano de 2007 foi transferido para activos intangíveis o montante de € 88 346 000 decorrente da aplicação da IFRS 6 (Exploração e avaliação de recursos minerais).

Os movimentos da rubrica “Activos fixos tangíveis” durante os anos de 2007 e 2006, para a Fundação, são assim detalhados:

(10³ Euros)

	Imóveis	Equipamento	Obras de arte	Outros activos	Total
<i>Custo de aquisição:</i>					
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	24 874	33 804	1 514	749	60 941
Adições	3 380	3 541	1 350	–	8 271
Abates	(9)	(792)	–	–	(801)
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	28 245	36 553	2 864	749	68 411
Adições	1 889	2 445	205	111	4 650
Abates	–	(452)	–	–	(452)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	30 134	38 546	3 069	860	72 609
<i>Amortizações</i>					
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	13 706	33 019	1 514	749	48 988
Amortizações do exercício	796	3 666	–	–	4 462
Abates	(3)	(792)	–	–	(795)
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	14 499	35 893	1 514	749	52 655
Amortizações do exercício	937	2 439	–	111	3 487
Abates	–	(435)	–	–	(435)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	15 436	37 897	1 514	860	55 707
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2006	13 746	660	1 350	–	15 756
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2007	14 698	649	1 555	–	16 902

Nota 15

Investimentos não correntes e adiantamentos

A rubrica “Investimentos não correntes” e “Adiantamentos” é assim detalhada:

(10³ Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2007	2006	2007	2006
Acções				
Interesses petrolíferos e do gás	399 973	389 104	–	–
Outras empresas	20 251	6 748	–	–
Fundos de investimento	82 468	70 309	64 620	54 680
	502 692	466 161	64 620	54 680
Adiantamentos				
Interesses petrolíferos e do gás	62 160	65 055	–	–
Outras empresas	11 084	4 871	–	–
	73 244	69 926	–	–
	575 936	536 087	64 620	54 680

A diferença entre o valor de aquisição e o justo valor encontra-se registada na Reserva de justo valor do Fundo de Capital, conforme referido na nota 22.

As acções em investimentos em interesses petrolíferos e do gás encontram-se registadas pelo justo valor, conforme descrito na política contabilística 2 h). As avaliações, são efectuadas por entidades independentes e reflectem o valor actual líquido dos fluxos de caixa futuros estimados tendo por base pressupostos de mercado.

Esta rubrica, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, no Consolidado é analisada como segue:

	(10 ³ Euros)			
	Custo	Reserva de justo valor	Perdas por imparidade	Valor de Balanço
Acções				
ADPC/ADCO	9 789	51 280	-	61 069
PDO/POHOL	1 573	186 594	-	188 167
MUKHAIZNA	8 303	9 631	-	17 934
OLNG	2 138	124 960	-	127 098
Outros interesses	6 922	-	(1 217)	5 705
	28 725	372 465	(1 217)	399 973
Outras empresas	13 503	6 748	-	20 251
Fundos de investimento				
Fundo NovEnergia II	12 419	2 894	-	15 313
Office Park Expo	45 000	886	-	45 886
Logística & Distribuição	8 214	1 203	-	9 417
Outros fundos	9 039	2 813	-	11 852
	74 672	7 796	-	82 468
Adiantamentos				
Interesses petrolíferos e do gás	62 160	-	-	62 160
Outras empresas	11 084	-	-	11 084
	73 244	-	-	73 244
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	190 144	387 009	(1 217)	575 936

Acções				
ADPC/ADCO	10 942	53 371	-	64 313
PDO/POHOL	1 758	135 979	-	137 737
MUKHAIZNA	2 602	45 310	-	47 912
OLNG	2 383	121 681	-	124 064
Outros interesses	7 745	8 278	(945)	15 078
	25 430	364 619	(945)	389 104
Outras empresas	3	6 745	-	6 748
Fundos de investimento				
Fundo NovEnergia 2010	5 211	5 626	-	10 837
Office Park Expo	38 750	862	-	39 612
Logística & Distribuição	8 214	875	-	9 089
Outros fundos	9 039	1 732	-	10 771
	61 214	9 095	-	70 309
Adiantamentos				
Interesses petrolíferos e do gás	65 055	-	-	65 055
Outras empresas	4 871	-	-	4 871
	69 926	-	-	69 926
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	156 573	380 459	(945)	536 087

Os movimentos ocorridos nas “Perdas por imparidade” nos investimentos não correntes são apresentados como segue:

	(10 ³ Euros)	
	2007	2006
Saldo a 1 de Janeiro	945	1 055
Doações	397	-
Variação cambial	(125)	(110)
Saldo a 31 de Dezembro	1 217	945

A 31 de Dezembro de 2007, as “Perdas por imparidade” decorrem da imparidade existente em investimentos efectuados no Médio Oriente.

Esta rubrica, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, na Fundação é analisada como segue:

	(10 ³ Euros)		
	Custo	Reserva de justo valor	Valor de Balanço
Fundos de investimento			
Office Park Expo	45 000	886	45 886
Logística & Distribuição	8 214	1 203	9 417
Outros fundos	9 037	280	9 317
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	62 251	2 369	64 620
Fundos de investimento			
Office Park Expo	38 750	862	39 612
Logística & Distribuição	8 214	875	9 089
Outros fundos	5 858	121	5 979
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	52 822	1 858	54 680

O Grupo efectuou um investimento no fundo fechado NovEnergia II, em 2007, no montante de € 12 418 000, sendo o justo valor do fundo no montante de € 15 313 000. Este fundo tem como objectivo o investimento em projectos que utilizam energias renováveis como fonte energética e em empresas relacionadas com o seu desenvolvimento.

Durante o ano de 2007, o Grupo alienou a sua participação no Fundo NovEnergia 2010, gerando uma mais-valia de € 6 711 000.

A Fundação efectuou, durante 2007, um investimento no montante de € 6 250 000 no fundo Office Park Expo – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado. O fundo destina-se à aquisição de terrenos, construção e arrendamento ou venda de prédios no Parque das Nações em Lisboa.

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, no Consolidado é desgregada da seguinte forma:

(10 ³ Euros)			
	2007		Total
	Cotados	Não cotados	
Acções			
Interesses petrolíferos e do gás	-	399 973	399 973
Outras empresas	-	20 251	20 251
Fundos de investimento	82 468	-	82 468
Adiantamentos			
Interesses petrolíferos e do gás	-	62 160	62 160
Outras empresas	-	11 084	11 084
	82 468	493 468	575 936
2006			
Acções			
Interesses petrolíferos e do gás	-	389 104	389 104
Outras empresas	-	6 748	6 748
Fundos de investimento	70 309	-	70 309
Adiantamentos			
Interesses petrolíferos e do gás	-	65 055	65 055
Outras empresas	-	4 871	4 871
	70 309	465 778	536 087

Esta rubrica, na Fundação, refere-se na totalidade a Fundos de investimento cotados no montante de € 64 620 000 (2006: € 54 680 000).

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os investimentos não correntes têm o seguinte escalonamento:

	Consolidado		Fundação	
	2007	2006	2007	2006
De 3 meses a 1 ano	-	10 836	-	-
De 1 ano até 5 anos	7 671	2 118	-	-
Mais de 5 anos	148 042	127 281	64 620	54 680
Duração indeterminada	420 223	395 852	-	-
	575 936	536 087	64 620	54 680

Nota 16

Investimentos em empresas subsidiárias

A rubrica “Investimentos em empresas subsidiárias” é assim detalhada:

	(10 ³ Euros)	
	Fundação	
	2007	2006
Partex Oil and Gas (Holdings) Corporation	716 977	713 647
Economic and General Secretariat Limited	32	34
	717 009	713 681

Os investimentos estão apresentados líquidos de mais ou menos-valias apuradas de acordo com a política contabilística 2 h).

O valor destes investimentos foi objecto de actualização com referência a 31 de Dezembro de 2007, ascendendo a Reserva de justo valor a € 716 928 000 (2006: € 713 600 000).

A diferença entre o valor de aquisição e o justo valor encontra-se registada na Reserva de justo valor do Fundo de Capital, conforme referido na nota 22.

Em 31 de Dezembro de 2007, as companhias subsidiárias incluídas na consolidação pelo método integral da Fundação foram as seguintes:

(10³ Euros)

Subsidiárias	Sede	Capital	Moeda	Activos	Passivos	Capital próprio	Proveitos	Resultados líquidos	%	Actividade económica
Participações directas:										
Partex Oil and Gas (Holdings) Corporation	Ilhas Caimão	50 000	USD	94 495	60 694	33 801	35 858	32 518	100	c)
Economic and General Secretariat Limited (*)	Inglaterra	4 000	GBP	32	–	32	–	–	100	b)
Participações indirectas: (através da Partex Oil and Gas (Holdings) Corporation)										
Participations and Explorations Corporation	Panamá	2 800	USD	314 232	190 631	123 601	529 188	442	100	a)
Partex (Oman) Corporation	Panamá	2 500	USD	581 765	28 513	553 252	234 302	47 746	100	a)
Partex Gas Corporation	Panamá	2 000 000	USD	36 054	13 273	22 781	29 607	5 577	100	a)
Partex (Kazakhstan) Corporation	Ilhas Caimão	5 000	USD	53 864	64 332	(10 468)	4 057	(3 990)	100	a)
Partex Services Corporation	Panamá	2 300 000	USD	3 880	1 796	2 084	8 811	15	100	b)
PMO Services, S.A.	Liechtenstein	500 000	CHF	1 265	53	1 212	1 395	53	100	b)
Partex Brasil Ltda.	Brasil	1 000 000	BRL	42 261	47 490	(5 229)	10 210	3 825	100	a)
Partex (Brazil) Corporation	Ilhas Caimão	50 000	USD	39 978	37 996	1 982	2 483	(6 886)	100	c)
Partex (Algeria) Corporation	Ilhas Caimão	50 000	USD	–	–	–	–	(36)	100	a)
Partex Services Brasil Petrolíferos Ltda.	Brasil	1 000 000	BRL	565	126	439	1 358	62	100	b)
Hidrexpan, S.A.	Portugal	50 000	EUR	1 538	1 488	50	18	–	100	a)
(através da Partex Services Corporation)										
Partex Services Portugal – Serviços para a Indústria Petrolífera, S.A(**)	Portugal	50 000	EUR	1 325	969	356	5 131	115	100	b)

a) Companhias participantes em concessões petrolíferas ou operações contratuais.

b) Prestação de serviços.

c) Gestora de participações.

* Esta empresa participada encontra-se sem actividade.

** Alteração da denominação social da "Petroprimo – Serviços para a Indústria Petrolífera, S.A."

Durante o exercício de 2006, ocorreram as seguintes alterações no perímetro de consolidação: constituição da Partex Services Brasil Petrolíferos Ltda. e constituição da Hidrexpan, S.A.

Nota 17

Investimentos e passivos financeiros correntes

A rubrica “Investimentos correntes” é assim detalhada:

	Consolidado		Fundação	
	2007	2006	2007	2006
(10 ³ Euros)				
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	365 211	296 539	365 211	296 539
De outros emissores	302 446	323 496	302 446	323 496
Acções				
Outros títulos de rendimento variável	863 152	981 645	863 152	981 645
Fundos de investimento				
Liquidez	59 722	56 620	59 722	56 620
Acções	148 530	121 761	148 530	121 761
Obrigações	220 450	208 257	220 450	208 257
Outros	81 489	77 712	81 489	77 712
Derivados				
Instrumentos financeiros com justo valor positivo				
Forwards	33 278	23 184	33 278	23 184
Futuros	279	364	279	364
Opções	184	23	184	23
	2 074 741	2 089 601	2 074 741	2 089 601
Derivados				
Instrumentos financeiros com justo valor negativo				
Forwards	(4 036)	(5 412)	(4 036)	(5 412)
Futuros	(290)	(184)	(290)	(184)
Opções	(308)	–	(308)	–
	(4 634)	(5 596)	(4 634)	(5 596)
	2 070 107	2 084 005	2 070 107	2 084 005

Decorrente da aplicação da IFRS 7, conforme referido na nota 2.a), os instrumentos financeiros com justo valor positivo são incluídos no activo e os instrumentos financeiros com justo valor negativo são incluídos no passivo. Em 2006, o justo valor líquido dos instrumentos financeiros foi incluído no activo.

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os investimentos correntes têm o seguinte escalonamento:

	Consolidado		Fundação	
	2007	2006	2007	2006
(10 ³ Euros)				
Até 3 meses	91 137	87 181	91 137	87 181
De 3 meses a 1 ano	30 287	26 569	30 287	26 569
De 1 ano até 5 anos	266 362	234 818	266 362	234 818
Mais de 5 anos	226 120	299 258	226 120	299 258
Duração indeterminada	1 456 201	1 436 179	1 456 201	1 436 179
	2 070 107	2 084 005	2 070 107	2 084 005

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica “Investimentos e passivos financeiros correntes”, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

	2007		
	Cotados	Não cotados	Total
(10 ³ Euros)			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	365 211	–	365 211
De outros emissores	296 634	5 812	302 446
Acções			
Outros títulos de rendimento variável	859 789	3 363	863 152
Fundos de investimento			
Liquidez	57 552	2 171	59 723
Acções	148 530	–	148 530
Obrigações	126 509	93 940	220 449
Outros	66 312	15 177	81 489
Derivados			
Forwards	–	29 243	29 243
Futuros	(11)	–	(11)
Opções	(125)	–	(125)
	1 920 401	149 706	2 070 107

	(10 ³ Euros)		
	2006		
	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	296 539	-	296 539
De outros emissores	323 496	-	323 496
Acções			
Outros títulos de rendimento variável	977 807	3 838	981 645
Fundos de investimento			
Liquidez	53 580	3 041	56 621
Acções	121 761	-	121 761
Obrigações	108 124	100 133	208 257
Outros	59 974	17 738	77 712
Derivados			
Forwards	-	17 772	17 772
Futuros	179	-	179
Opções	23	-	23
	1 941 483	142 522	2 084 005

Os investimentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 são analisados como segue:

	(10 ³ Euros)		
	2007		
	Nocional	Justo valor	
		Activo	Passivo
Contratos sobre taxas de câmbio			
Forward compra	1 251 615		
Forward venda	(1 251 615)	33 278	(4 036)
	-	33 278	(4 036)
Contratos sobre acções / índices			
Futuros	2 788	279	(290)
Opções	2	184	(308)
	2 790	463	(598)
	2 790	33 741	(4 634)

	(10 ³ Euros)		
	2006		
	Nocional	Justo valor	
		Activo	Passivo
Contratos sobre taxas de câmbio			
Forward compra	1 256 493		
Forward venda	(1 256 493)	23 184	(5 412)
	-	23 184	(5 412)
Contratos sobre acções / índices			
Futuros	(2 010)	364	(184)
Opções	1	23	-
	(2 009)	387	(184)
	(2 009)	23 571	(5 596)

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os investimentos financeiros derivados têm o seguinte escalonamento:

	Consolidado		Fundação	
	2007	2006	2007	2006
Até 3 meses	22 285	16 894	22 285	16 894
De 3 meses a 1 ano	6 822	1 081	6 822	1 081
	29 107	17 975	29 107	17 975

Nota 18

Outras aplicações de tesouraria

A rubrica “Outras aplicações de tesouraria”, no montante de € 121 615 000 (2006: € 79 201 000), refere-se a aplicações de tesouraria com um prazo inferior ou igual a três meses, que se encontram registadas ao custo amortizado.

Nota 19

Devedores

A rubrica “Devedores” é assim detalhada:

(10³ Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2007	2006	2007	2006
Companhias subsidiárias	-	-	22 960	34 764
Devedores (interesses petrolíferos)	89 199	58 458	-	-
Juros a receber	251	283	251	283
Corredor do plano de pensões	21 822	20 121	21 633	20 049
Devedores diversos	17 484	19 194	3 686	6 965
	128 756	98 056	48 530	62 061
Perdas por imparidade	(252)	(271)	(252)	(271)
	128 504	97 785	48 278	61 790

A rubrica “Companhias subsidiárias” é assim detalhada:

(10³ Euros)

	Fundação	
	2007	2006
Dividendos atribuídos	22 009	34 169
Empréstimos	90	90
Adiantamentos	861	505
	22 960	34 764

A 31 de Dezembro de 2007, a rubrica “Corredor do plano de pensões”, na Fundação e no Consolidado, no montante de € 21 633 000 (2006: € 20 049 000) e de € 21 822 000 (2006: € 20 121 000), refere-se ao valor do corredor em conformidade com a política contabilística 2 q).

A rubrica “Devedores diversos” inclui o montante de € 1 646 000 (2006: € 3 292 000) referente ao remanescente a receber pela venda de um imóvel ocorrida no exercício de 2003, pelo montante de € 9 976 000. O montante em dívida será pago em prestações anuais, iguais e sucessivas, com vencimento a 30 de Junho. A última prestação será liquidada em 30 de Junho de 2008.

Esta rubrica inclui também o montante de € 113 000 (2006: € 109 000) relativo a uma contribuição extraordinária para o Fundo de Pensões Aberto BPI Acções, no âmbito do Plano

Complementar de Pensões de Contribuição Definida (PCPCD).

Os movimentos das perdas por imparidade são assim discriminados:

(10³ Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2007	2006	2007	2006
Saldo em 1 de Janeiro	271	112	271	112
Dotações	-	159	-	159
Utilizações	(19)	-	(19)	-
Saldo em 31 de Dezembro	252	271	252	271

Nota 20

Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” é assim detalhada:

(10³ Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2007	2006	2007	2006
Caixa	57	11	57	11
Depósitos	104 105	137 279	735	1 491
	104 162	137 290	792	1 502

Nota 21

Capital recebido do Fundador

A rubrica “Capital recebido do Fundador”, no montante de € 11 746 690, refere-se, ao montante recebido do seu Fundador, Senhor Calouste Sarkis Gulbenkian.

Nota 22 Reservas

Durante os anos de 2007 e 2006, os movimentos ocorridos nestas rubricas no Consolidado foram os seguintes:

(10³ Euros)

	Reserva de justo valor	Outras reservas	Diferenças cambiais	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	431 219	2 106 937	18 360	2 556 516
Alterações de justo valor	(50 760)	-	-	(50 760)
Variação cambial	-	-	(36 129)	(36 129)
Incorporação da variação do Fundo de Capital	-	187 570	-	187 570
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	380 459	2 294 507	(17 769)	2 657 197
Alterações de justo valor	6 550	-	-	6 550
Variação cambial	-	-	(40 595)	(40 595)
Incorporação da variação do Fundo de Capital	-	98 230	-	98 230
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	387 009	2 392 737	(58 364)	2 721 382

Durante os anos de 2007 e 2006, os movimentos ocorridos nestas rubricas na Fundação foram os seguintes:

(10³ Euros)

	Reservas de justo valor		Outras reservas	Total
	Empresas subsidiárias	Investimentos não correntes		
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	748 134	842	1 892 916	2 641 892
Alterações de justo valor	(34 534)	1 016	-	(33 518)
Incorporação da variação do Fundo de Capital	-	-	102 194	102 194
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	713 600	1 858	1 995 110	2 710 568
Alterações de justo valor	3 328	511	-	3 839
Incorporação da variação do Fundo de Capital	-	-	44 859	44 859
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	716 928	2 369	2 039 969	2 759 266

A reserva de justo valor em 2007 e 2006, no Consolidado e na Fundação, explica-se da seguinte forma:

(10³ Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2007	2006	2007	2006
Empresas subsidiárias	-	-	716 928	713 600
Investimentos não correntes	387 009	380 459	2 369	1 858
	387 009	380 459	719 297	715 458

A variação da reserva de justo valor em 2007 e 2006, no Consolidado e na Fundação, explica-se da seguinte forma:

(10³ Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2007	2006	2007	2006
Saldo em 1 de Janeiro	380 459	431 219	715 458	748 976
Variação do justo valor	15 366	(50 670)	3 839	(33 518)
Alienações do exercício	(8 816)	(90)	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	387 009	380 459	719 297	715 458

Na Reserva de justo valor registam-se as variações acumuladas no justo valor existentes à data de balanço referentes aos Investimentos não correntes e aos Investimentos em empresas subsidiárias.

Na rubrica “Variação cambial de consolidação”, está relevado o montante da variação em moeda nacional do capital das empresas consolidadas expressos em moeda estrangeira decorrente da alteração do câmbio respectivo.

As taxas de câmbio utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras são as seguintes:

Moeda	Taxas em 2007		Taxas em 2006	
	Câmbio final	Câmbio médio	Câmbio final	Câmbio médio
Dólar – USD	1,4721	1,3797	1,3170	1,2630
Libra – GBP	0,7334	0,6873	0,6715	0,6819
Franco Suíço – CHF	1,6547	1,6459	1,6069	1,5768
Real Brasileiro – BRL	2,5963	2,6521	2,8118	2,7365

Nota 23

Provisões

A rubrica “Provisões” é assim detalhada:

(10³ Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2007	2006	2007	2006
Provisão para planos de pensões	218 031	218 851	215 437	216 326
Outras provisões	4 427	6 176	2 814	4 365
	222 458	225 027	218 251	220 691

Provisão para planos de pensões

A Fundação assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de pré-reforma, nos termos estabelecidos no “Regulamento do Plano de Pensões do Pessoal” (1979) e no “Plano de Pensões” (1997).

Estas pensões destinam-se a complementar as pensões atribuídas pela Segurança Social e são determinadas em função do tempo de serviço de cada empregado. Para cobrir esta responsabilidade é constituída uma provisão que representa uma estimativa do capital necessário para pagar os benefícios aos actuais pensionistas e os benefícios futuros a pagar aos empregados actuais.

O número de participantes abrangidos por estes planos de pensões é o seguinte:

	Consolidado		Fundação	
	2007	2006	2007	2006
Activos	502	497	498	493
Pré-reformados	72	80	72	80
Reformados	942	936	935	929
	1 516	1 513	1 505	1 502

Os movimentos relativos a provisões para os planos de pensões são assim detalhados:

(10³ Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2007	2006	2007	2006
Saldo no início do período	218 851	222 279	216 326	219 553
Dotação do exercício	13 990	12 922	13 811	12 432
Utilizações de provisões	(16 523)	(16 752)	(16 284)	(16 488)
Diferenças cambiais	12	(372)	–	–
Transferências	1 701	744	1 584	829
Saldo no fim do período	218 031	218 851	215 437	216 326

A rubrica “Transferências” refere-se ao montante de perdas actuariais consideradas em “Devedores”, no corredor do Plano de Pensões, que se situam dentro do limite do mesmo.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as responsabilidades por serviços passados associados a estes planos de pensões são as seguintes:

(10³ Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2007	2006	2007	2006
Responsabilidades no início do período	218 851	222 279	216 326	219 553
Custo dos serviços correntes	2 088	2 317	2 037	2 258
Custo dos juros	10 129	10 300	10 012	10 174
Benefícios pagos	(16 508)	(16 742)	(16 284)	(16 488)
Perdas actuariais	3 471	697	3 346	829
Responsabilidades no fim do período	218 031	218 851	215 437	216 326
Responsabilidade por serviços futuros	191 774	193 117	191 016	192 407

Após a análise dos indicadores de mercado, em particular as perspectivas da taxa de inflação e da taxa de juro de longo prazo para a Zona Euro, bem como das características demográficas dos seus colaboradores, foram alterados os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma com referência a 31 de Dezembro de 2007. A análise comparativa dos pressupostos actuariais é a seguinte:

	2007	2006
Taxa de rendibilidade real de longo prazo face ao crescimento dos salários	2,25%	2,00%
Taxa de rendibilidade real de longo prazo face ao crescimento das pensões	3,50%	3,25%
Taxa de rendimento do fundo	5,00%	4,75%
Taxa de desconto	5,00%	4,75%
Tábuas de mortalidade		
Masculina	TV 73/77(M)	TV 73/77(M)
Feminina	TV 88/90(F)	TV 88/90(F)
Tábua de invalidez	EKV 80	EKV 80

Em 2007, na Fundação e no Consolidado contabilizaram-se, como custos com pensões de reforma, os montantes de € 13 811 000 (2006: € 12 432 000) e de € 13 990 000 (2006: € 12 922 000).

Os movimentos ocorridos na rubrica “Corredor do plano de pensões” relacionados com pensões para o ano de 2007 são assim detalhados:

(10³ Euros)

	Corredor do plano de pensões	
	Consolidado	Fundação
Saldo inicial	20 121	20 049
Perdas actuariais do ano	1 701	1 584
Saldo final	21 822	21 633

Outras provisões

As outras provisões respeitam a compromissos com outras entidades governamentais e indemnizações relativas ao termo de contratos de trabalho de trabalhadores no estrangeiro.

Os movimentos relativos a outras provisões são assim detalhados:

(10³ Euros)

	Consolidado		Fundação	
	2007	2006	2007	2006
Saldo em 1 de Janeiro	6 176	6 366	4 365	4 977
Reforço de outras provisões	289	601	–	11
Redução de provisões	(1 329)	(132)	(1 047)	(132)
Utilização de provisões	(504)	(491)	(504)	(491)
Diferenças cambiais	(205)	(168)	–	–
Saldo em 31 de Dezembro	4 427	6 176	2 814	4 365

Nota 24

Subsídios e bolsas

A rubrica “Subsídios e bolsas”, no montante de € 6 989 000 (2006: € 7 253 000), corresponde aos subsídios e bolsas já autorizados pela Administração mas que ainda se encontram por pagar, por razões não imputáveis à Fundação.

Nota 25

Credores e outros passivos

A rubrica “Credores e outros passivos” é assim detalhada:

	Consolidado		Fundação	
	2007	2006	2007	2006
Credores (interesses petrolíferos)	78 404	57 161	–	–
Fornecedores de locação financeira	933	945	933	945
Credores diversos				
Fornecedores	3 046	4 460	3 046	4 460
Estado	3 599	1 974	1 807	1 071
Outros credores	14 361	5 783	1 692	1 755
Acréscimos e deferimentos	8 242	7 750	7 174	7 266
	108 585	78 073	14 652	15 497

A rubrica “Fornecedores de locação financeira”, pelo prazo residual, é assim detalhada:

	2007		
	Total	Menos de um ano	Entre um e cinco anos
Capital	933	363	570
Juros	68	33	35
Rendas	1 001	396	605
2006			
Capital	945	385	560
Juros	53	28	25
Rendas	998	413	585

Nota 26

Justo valor de activos e passivos financeiros

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006 não se verificam diferenças entre o valor contabilístico e o justo valor de activos e passivos financeiros.

Nota 27

Compromissos

Até 31 de Dezembro de 2007, diversos bancos emitiram “performance guarantees” no montante de € 16 417 747 (2006: € 7 831 435) relativamente a compromissos assumidos pelas concessões no Brasil.

O Grupo assumiu um compromisso com o Governo da República do Cazaquistão em que a Partex (Kazakhstan) Corporation cumprirá as suas obrigações em relação à concessão do Dunga.

Nota 28

Gestão dos riscos de actividade

A Fundação possui investimentos na área do petróleo e do gás e em instrumentos financeiros. Desta forma, a Fundação encontra-se exposta a vários riscos, dos quais se destacam, risco operacional, risco de mercado, risco cambial e risco de liquidez.

Risco operacional

O Grupo participa activamente na exploração e produção de petróleo e gás, e desta forma incorre no risco de a sua actividade não obter sucesso.

Risco de mercado

O risco de mercado representa a eventual perda resultante de uma alteração adversa dos preços do crude e gás natural, taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções.

Os interesses petrolíferos da Fundação concentram-se principalmente no Médio Oriente e no Brasil. A produção de crude e gás natural é vendida através de contratos celebrados anualmente, os quais permitem reduzir a exposição a flutuações de curto prazo.

A Fundação delega a gestão do risco associado aos seus investimentos em instrumentos financeiros num banco de investimento internacional.

Risco cambial

O risco cambial surge quando uma entidade realiza transacções numa moeda diferente da sua moeda funcional. A Fundação tem como moeda funcional o Euro, enquanto que a maioria das suas subsidiárias tem como moeda funcional o dólar americano.

A repartição dos activos e dos passivos, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, por moeda, no Consolidado, é analisada como segue:

	(10 ³ Euros)					
	2007					
	Valor de Balanço	Euro	Dólar dos Estados Unidos	Libra Estrelina	Real do Brasil	Outras moedas
ACTIVO						
Activos intangíveis	83 486	–	43 594	–	39 892	–
Activos fixos tangíveis	53 653	16 902	36 667	–	84	–
Investimentos não correntes	502 692	100 183	402 509	–	–	–
Adiantamentos	73 244	11 084	62 160	–	–	–
Investimentos correntes	2 074 741	877 263	964 538	128 396	–	104 544
Outras aplicações de tesouraria	121 615	110 098	(451)	10 079	–	1 889
Devedores	128 504	28 326	100 146	32	–	–
Caixa e equivalentes de caixa	104 162	63 895	39 898	369	–	–
	3 142 097	1 207 751	1 649 061	138 876	39 976	106 433
PASSIVO						
Provisões	222 458	222 458	–	–	–	–
Passivos financeiros correntes	4 634	457	3 064	392	–	721
Subsídios e bolsas	6 989	6 497	75	417	–	–
Credores e outros passivos	108 585	17 038	90 912	37	571	27
	342 666	246 450	94 051	846	571	748
Total do Fundo de Capital	2 799 431	961 301	1 555 010	138 030	39 405	105 685

	(10 ³ Euros)					
	2006					
	Valor de Balanço	Euro	Dólar dos Estados Unidos	Libra Estrelina	Real do Brasil	Outras moedas
ACTIVO						
Activos fixos tangíveis	143 159	16 467	88 206	–	38 486	–
Investimentos não correntes	466 161	72 265	393 896	–	–	–
Adiantamentos	69 926	4 870	65 056	–	–	–
Investimentos correntes	2 089 601	908 916	983 803	88 705	–	108 177
Outras aplicações de tesouraria	79 201	72 105	3 474	2 047	–	1 575
Devedores	97 785	27 474	69 840	34	437	–
Caixa e equivalentes de caixa	137 290	84 606	52 154	530	–	–
	3 083 123	1 186 703	1 656 429	91 316	38 923	109 752
PASSIVO						
Provisões	225 027	225 027	–	–	–	–
Passivos financeiros correntes	5 596	114	4 058	397	–	1 027
Subsídios e bolsas	7 253	6 793	177	283	–	–
Credores e outros passivos	78 073	16 110	58 170	52	3 741	–
	315 949	248 044	62 405	732	3 741	1 027
Total do Fundo de Capital	2 767 174	938 659	1 594 024	90 584	35 182	108 725

A repartição dos activos e dos passivos, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, por moeda, na Fundação, é analisada como segue:

(10³ Euros)

	2007				
	Valor de Balanço	Euro	Dólar dos Estados Unidos	Libra Estrelina	Outras moedas
ACTIVO					
Activos fixos tangíveis	16 902	16 902	-	-	-
Investimentos não correntes	64 620	64 620	-	-	-
Investimentos em empresas subsidiárias	717 009	716 977	32	-	-
Investimentos correntes	2 074 741	877 263	964 538	128 396	104 544
Outras aplicações de tesouraria	121 615	110 098	(451)	10 079	1 889
Devedores	48 278	26 268	22 010	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	792	401	22	369	-
	3 043 957	1 812 529	986 151	138 844	106 433
PASSIVO					
Provisões	218 251	218 251	-	-	-
Passivos financeiros correntes	4 634	457	3 064	392	721
Subsídios e bolsas	6 989	6 497	75	417	-
Credores e outros passivos	14 652	14 429	159	37	27
	244 526	239 634	3 298	846	748
Total do Fundo de Capital	2 799 431	1 572 895	982 853	137 998	105 685

(10³ Euros)

	2006				
	Valor de Balanço	Euro	Dólar dos Estados Unidos	Libra Estrelina	Outras moedas
ACTIVO					
Activos fixos tangíveis	15 756	15 756	-	-	-
Investimentos não correntes	54 680	54 680	-	-	-
Investimentos em empresas subsidiárias	713 681	-	713 647	34	-
Investimentos correntes	2 089 601	908 916	983 803	88 705	108 177
Outras aplicações de tesouraria	79 201	72 105	3 474	2 047	1 575
Devedores	61 790	27 621	34 169	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	1 502	943	29	530	-
	3 016 211	1 080 021	1 735 122	91 316	109 752
PASSIVO					
Provisões	220 691	220 691	-	-	-
Passivos financeiros correntes	5 596	114	4 058	397	1 027
Subsídios e bolsas	7 253	6 793	177	283	-
Credores e outros passivos	15 497	15 403	42	52	-
	249 037	243 001	4 277	732	1 027
Total do Fundo de Capital	2 767 174	837 020	1 730 845	90 584	108 725

Risco de liquidez

O risco de liquidez traduz-se na incapacidade da Fundação em obter os meios de financiamento necessários para a precursão das suas actividades. A Fundação considera que o risco de liquidez é reduzido.

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os activos e passivos do Consolidado têm o seguinte escalonamento:

(10³ Euros)

	2007					
	Valor de Balanço	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Não sensíveis
ACTIVO						
Activos intangíveis	83 486	–	–	–	–	83 486
Activos fixos tangíveis	53 653	–	693	–	–	52 960
Investimentos não correntes	502 692	–	–	–	82 469	420 223
Adiantamentos	73 244	–	–	7 671	65 573	–
Investimentos correntes	2 074 741	95 129	30 929	266 362	226 120	1 456 201
Outras aplicações de tesouraria	121 615	121 615	–	–	–	–
Devedores	128 504	90 875	14 650	7 635	15 312	32
Caixa e equivalentes de caixa	104 162	104 162	–	–	–	–
	3 142 097	411 781	46 272	281 668	389 474	2 012 902
PASSIVO						
Provisões	222 458	4 071	12 213	65 136	136 831	4 207
Passivos financeiros correntes	4 634	3 992	642	–	–	–
Subsídios e bolsas	6 989	1 322	3 966	1 701	–	–
Credores e outros passivos	108 585	90 916	16 099	1 570	–	–
	342 666	100 301	32 920	68 407	136 831	4 207
Total do Fundo de Capital	2 799 431	311 480	13 352	213 261	252 643	2 008 695

(10³ Euros)

	2006					
	Valor de Balanço	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Não Sensíveis
ACTIVO						
Activos fixos tangíveis	143 159	–	–	709	–	142 450
Investimentos não correntes	466 161	–	10 836	–	59 473	395 852
Adiantamentos	69 926	–	–	2 118	67 808	–
Investimentos correntes	2 089 601	89 944	29 402	234 818	299 258	1 436 179
Outras aplicações de tesouraria	79 201	79 201	–	–	–	–
Devedores	97 785	61 869	12 569	8 749	14 564	34
Caixa e equivalentes de caixa	137 290	137 290	–	–	–	–
	3 083 123	368 304	52 807	246 394	441 103	1 974 515
PASSIVO						
Provisões	225 027	4 122	12 366	65 952	138 251	4 336
Passivos financeiros correntes	5 596	2 763	2 833	–	–	–
Subsídios e bolsas	7 253	1 372	4 116	1 765	–	–
Credores e outros passivos	78 073	70 509	6 723	841	–	–
	315 949	78 766	26 038	68 558	138 251	4 336
Total do Fundo de Capital	2 767 174	289 538	26 769	177 836	302 852	1 970 179

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os activos e passivos da Fundação têm o seguinte escalonamento:

(10³ Euros)

	2007					
	Valor de Balanço	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Não sensíveis
ACTIVO						
Activos fixos tangíveis	16 902	-	693	-	-	16 209
Investimentos não correntes	64 620	-	-	-	64 620	-
Investimentos em empresas subsidiárias	717 009	-	-	-	-	717 009
Investimentos correntes	2 074 741	95 129	30 929	266 362	226 120	1 456 201
Outras aplicações de tesouraria	121 615	121 615	-	-	-	-
Devedores	48 278	7 178	20 609	6 816	13 675	-
Caixa e equivalentes de caixa	792	792	-	-	-	-
	3 043 957	224 714	52 231	273 178	304 415	2 189 419
PASSIVO						
Provisões	218 251	4 071	12 213	65 136	136 831	-
Passivos financeiros correntes	4 634	3 992	642	-	-	-
Subsídios e bolsas	6 989	1 322	3 966	1 701	-	-
Credores e outros passivos	14 652	12 512	1 570	570	-	-
	244 526	21 897	18 391	67 407	136 831	-
Total do Fundo de Capital	2 799 431	202 817	33 840	205 771	167 584	2 189 419

(10³ Euros)

	2006					
	Valor de Balanço	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Não sensíveis
ACTIVO						
Activos fixos tangíveis	15 756	-	-	709	-	15 047
Investimentos não correntes	54 680	-	-	-	54 680	-
Investimentos em empresas subsidiárias	713 681	-	-	-	-	713 681
Investimentos correntes	2 089 601	89 944	29 402	234 818	299 258	1 436 179
Outras aplicações de tesouraria	79 201	79 201	-	-	-	-
Devedores	61 790	11 953	29 280	7 888	12 669	-
Caixa e equivalentes de caixa	1 502	1 502	-	-	-	-
	3 016 211	182 600	58 682	243 415	366 607	2 164 907
PASSIVO						
Provisões	220 691	4 122	12 366	65 952	138 251	-
Passivos financeiros correntes	5 596	2 763	2 833	-	-	-
Subsídios e bolsas	7 253	1 372	4 116	1 765	-	-
Credores e outros passivos	15 497	13 348	1 308	841	-	-
	249 037	21 605	20 623	68 558	138 251	-
Total do Fundo de Capital	2 767 174	160 995	38 059	174 857	228 356	2 164 907

Nota 29

Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Fundação ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IFRS 2 (alterada) – Pagamentos em acções: condições de aquisição

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 uma alteração ao IFRS 2 a qual se torna efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração ao IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, tem o mesmo tratamento contabilístico.

Não se prevê que a presente norma venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras da Fundação.

IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 o IFRS 3 (revisto) – Concentrações de actividades empresarias e uma alteração ao IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica o reconhecimento total do goodwill por contrapartida dos interesses sem controlo) ou como a parcela atribuível do justo valor dos activos líquidos adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos step acquisition em que as novas regras obrigam,

aquando do cálculo do goodwill, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com a aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a registada em resultados e não afecta o goodwill; e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios. Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

Esta revisão do IFRS 3 e a alteração do IAS 27 são efectivas para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009.

A Fundação encontra-se a avaliar o impacto da adopção destas normas alteradas.

IFRS 8 – Segmentos operacionais

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 o IFRS 8 – Segmentos operacionais, o qual foi adoptado para uso na União Europeia em 21 de Novembro de 2007. O IFRS 8 define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará o IAS 34 – Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento, nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos. Esta norma é de aplicação mandatária a partir de 1 de Janeiro de 2009.

A Fundação encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IAS 1 (alterado) – Apresentação das demonstrações financeiras

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Setembro de 2007 o IAS 1 (alterado) – Apresentação de demonstrações financeiras, o qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O IAS 1 (alterado) exige que a informação financeira seja agregada na preparação das demonstrações financeiras, em função das suas características de base e introduz a demonstração de “comprehensive income”.

Na sequência das alterações impostas por esta norma, os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios de uma entidade decorrentes de transacções com accionistas, enquanto accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de “comprehensive income”.

A Fundação encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

IAS 23 (alterado) – Custos de empréstimos obtidos

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Março de 2007 o IAS 23 (alterado) – Custos de empréstimos obtidos, o qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta norma exige que as entidades capitalizem os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo qualificável, como parte integrante do custo de aquisição, construção ou produção desse activo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada. Activos qualificáveis correspondem àqueles que necessitam de um período substancial de tempo para ficar prontos para o seu uso pretendido ou para venda.

A Fundação não espera que esta alteração

ao IAS 23 tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

Alteração ao IAS 32 – Instrumentos financeiros: apresentação – Instrumentos financeiros “puttable” e obrigações decorrentes de liquidação

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 uma alteração ao IAS 32 – Instrumentos financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros “puttable” e Obrigações decorrentes de liquidação a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração afecta a classificação de instrumentos financeiros “puttable” e de obrigações decorrentes de liquidação. De acordo com os actuais requisitos do IAS 32, os instrumentos financeiros (i) reembolsáveis em dinheiro ou através da entrega de outros activos financeiros ou (ii) que concedem ao detentor um direito de exigir que o emitente proceda à sua reacquirição (instrumentos “puttable”), são classificados como passivos financeiros.

A alteração agora efectuada a esta norma, implica que alguns instrumentos, que actualmente qualificam como passivos financeiros, passem a ser reconhecidos como instrumentos de capital, caso os mesmos representem o interesse residual último nos activos líquidos de uma entidade.

O IASB alterou ainda o IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras tendo incluído requisitos adicionais de divulgação relativos a este tipo de instrumentos.

Não se prevê que a presente alteração ao IAS 32 venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras da Fundação.

IFRIC 11 – IFRS 2 – Transacções com acções próprias ou acções de outras entidades do Grupo

O International Financial Reporting Committee (IFRIC) emitiu em 2 de Novembro de 2006 a IFRIC 11, IFRS 2 – Transacções com Treasury shares e Grupo.

O IFRIC 11 vem esclarecer em que condições os pagamentos com base em acções previstos no IFRS 2, envolvendo acções próprias ou acções de outras entidades do Grupo, deverão ser classificados nas demonstrações financeiras individuais das empresas

do Grupo como sendo pagamentos com base em ações com liquidação física ou com liquidação financeira.

Este IFRIC é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2008.

Não se prevê que a presente norma venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras da Fundação.

IFRIC 12 – Contratos de concessão de serviços

O IFRIC 12 – Contratos de concessão de serviços entra em vigor a 1 de Janeiro de 2008.

O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados. Esta norma aplicar-se-á apenas a situações onde o concedente a) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e b) controla os interesses residuais das infra-estruturas, na maturidade dos contratos.

Não se prevê que a presente norma venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras da Fundação.

IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes

O IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes foi emitido em Julho de 2007 e entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo por isso apenas relevante a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos mesmos como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto. Não se prevê que a presente norma venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras da Fundação.

IFRIC 14 – IAS 19 – Limite de activos de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimos e sua interacção

O IFRIC 14 – IAS 19 – Limite de activos de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimos e sua interacção é de aplicação obrigatória a partir de

1 de Janeiro de 2008.

Esta interpretação define as condições que devem ser consideradas na avaliação do reconhecimento de activos relacionados com planos de pensões à luz dos limites estabelecidos no parágrafo 58 do IAS 19, e discute a interacção destas regras com os eventuais requisitos mínimos de financiamento estabelecidos legal ou contratualmente.

A Fundação encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

Relatório dos Auditores

Certificação legal das contas consolidadas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **Fundação Calouste Gulbenkian**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um total de 3 142 097 milhares de euros e um total de fundo de capital de 2 799 431 milhares de euros, incluindo a transferência para o fundo de capital de 66 302 milhares de euros), as Demonstrações consolidadas das Operações, dos Fluxos de Caixa consolidados e das alterações no fundo de capital consolidado do exercício findo naquela data, e nas correspondentes Notas explicativas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor e adoptadas pela União Europeia, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a transferência para o fundo de capital consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as Demonstrações Financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- › a verificação das demonstrações financeiras incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- › a verificação das operações de consolidação;
- › a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme, tendo em conta as circunstâncias;

- › a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- › a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das Demonstrações Financeiras consolidadas.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Fundação Calouste Gulbenkian**, em 31 de Dezembro de 2007, a transferência para o fundo de capital consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor e adoptadas pela União Europeia.

Lisboa, 16 de Maio de 2008

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
representada por
Jean-Éric Gaign
(ROC n.º 1013)

Relatório dos Auditores

Certificação legal das contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **Fundação Calouste Gulbenkian**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um total de 3 043 957 milhares de euros e um total de fundo de capital de 2 799 431 milhares de euros, incluindo a transferência para o fundo de capital de 28 418 milhares de euros), as Demonstrações das Operações, dos Fluxos de Caixa e das alterações no fundo de capital do exercício findo naquela data, e nas correspondentes Notas explicativas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor e adoptadas pela União Europeia, que apresentem de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da Fundação, a transferência para o fundo de capital das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as Demonstrações Financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- › a verificação das demonstrações financeiras terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- › a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme, tendo em conta as circunstâncias;
- › a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- › a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das Demonstrações Financeiras.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Fundação Calouste Gulbenkian**, em 31 de Dezembro de 2007, a transferência para o fundo de capital das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor e adoptadas pela União Europeia.

Lisboa, 16 de Maio de 2008

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
representada por
Jean-Éric Gaign
(ROC n.º 1013)